

ASSEMBLEIA QUARTA DEFINE LUTA EM DEFESA DA APOSENTADORIA

Os servidores públicos estão intensificando a mobilização contra o desmonte da Previdência Pública e a precarização do trabalho, cujo episódio mais recente foi a aprovação da terceirização irrestrita na Câmara dos Deputados. Quarta-feira, 5, teremos Assembleia na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal para definir nossos próximos passos contra estas reformas, nas quais, pela pressão sobre os deputados, já há sinais de racha na base do governo Temer.

A próxima data que vai unificar nove centrais sindicais é 28 de abril, Dia Nacional de Paralisação. O objetivo é parar o país em defesa da Aposentadoria e contra o projeto de terceirização aprovado pela Câmara dos Deputados.

A última vez que uma paralisação desta envergadura aconteceu no Brasil foi em 1989, durante o governo do presidente José Sarney, único político do PMDB a ocupar tal cargo na história antes da chegada de Michel Temer à Presidência, após o impeachment de Dilma Rousseff.

Mobilização

Na semana passada, diretores do Sindicato estiveram em Tubarão, Laguna, Imbituba e Lages para conversar e mobilizar os servidores. A luta precisa crescer porque, a partir de agora, as reformas irão correr

rápido. Terminou dia 30 de março a fase de audiências públicas da Comissão Especial que analisa a reforma da Previdência, enviada pelo governo ao Congresso Nacional através da PEC 287/16. A última audiência teve como convidado o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, defendendo a proposta que retira direitos, além de tornar a aposentadoria inatingível para grande parte dos trabalhadores brasileiros.

O relator da proposta, deputado Arthur Maia (PPS-BA), pode apresentar seu parecer na comissão especial entre quarta e sexta-feira (7). Caso apresente o relatório, a discussão na comissão pode começar a partir da próxima semana, pois, com certeza, vai haver pedido de vista coletiva. Maia, entretanto, não descarta adiar seu relatório para a próxima semana. Entre os pontos que devem sofrer alterações está a regra de transição, que, segundo ele, precisa de ajustes, mas sem detalhamento de quais serão.

Audiência Pública realizada nesta segunda na Assembleia Legislativa (ALESC) debateu as reformas e reuniu centenas de trabalhadores. Todos foram unânimes ao dizer que as matérias representam o desmonte da previdência pública e a retirada de direitos garantidos pela CLT. Por isso, precisamos nos organizar ainda mais para enfrentar este desmonte. Venha para a Assembleia e convide seus colegas!

AGENDE-SE!

- 15 horas na Vara do Trabalho (av. Beira-Mar Norte)
- 16 horas na Justiça Federal (av. Beira-Mar Norte)

Terceirização: quem paga a conta?

O STF, o Congresso e o governo estão dividindo a tarefa de atacar os trabalhadores. Em decisão no dia 30 de março, o STF afastou do poder público a responsabilidade sobre as dívidas trabalhistas das empresas terceirizadas que contrata. O julgamento do caso ocorre em meio ao esforço do governo, de parlamentares e de empresários para ampliar a terceirização - o projeto que permite terceirizar até as atividades-fim foi sancionado pelo presidente Michel Temer (PMDB).

Por 6 votos a 5, o Supremo decidiu que a administração pública não é responsável pelo pagamento de eventuais dívidas trabalhistas de empresas terceirizadas contratadas por órgãos públicos. Coube ao recém-chegado ministro Alexandre de Moraes

desempatar o julgamento, que havia começado em fevereiro e tem repercussão geral.

Segundo a Advocacia Geral da União (AGU), mais de 108 mil ações sobre esse assunto tramitam na Justiça. O órgão argumentou que, caso o poder público fosse responsabilizado pelas dívidas trabalhistas das terceirizadas, o prejuízo para os cofres públicos chegaria a R\$ 870 milhões.

No entanto, a avaliação é que a decisão do Supremo tende a aumentar o estoque de processos trabalhistas sem solução, porque grande parte dessas empresas desaparece, sem deixar nenhum rastro de patrimônio, muitas vezes não têm nem sede, e várias ainda têm sócios "laranjas". *Com informações do Sintrajud*

Temer não aprova PEC da cobrança nas universidades públicas

O governo de Michel Temer (PMDB) não conseguiu aprovar, na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição 395/2014, que permitia às universidades públicas cobrar pela pós-graduação lato sensu (especializações).

A proposta foi rejeitada por insuficiência de votos no segundo turno. De autoria do deputado Alex Canziani (PTB-PR), a PEC era apoiada pelo Ministério da Educação e pelo Palácio do Planalto. Boa parte dos reitores também a apoiavam, enquanto o Andes-SN (docentes), a Fasubra (técnicos-administrativos das universidades) e outras entidades sindicais eram contrárias.

Foram 304 votos, quando o necessário seriam 308. Outros 139 deputados votaram contra a proposta. A matéria será arquivada.

EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL DO SINTRAJUSC

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 5 de abril, às 15 horas na Vara do Trabalho (av. Beira-Mar Norte) e às 16 horas na Justiça Federal (av. Beira-Mar Norte) em Florianópolis, SC, com os seguintes pontos de pauta:

- 1-Mobilização contra a Reforma da Previdência;
- 2-Eleição de delegad@s para a Reunião Ampliada da Fenajufe no dia 8 de abril (Brasília);
- 3-Liberação do Fundo de Mobilização e Luta;
- 4-Contratação de consultoria de marketing em Brasília para campanha nacional do NS.

Florianópolis, 27 de março de 2017
Diretoria Executiva do Sintrajusc